

Os Uniformes do Exército Português na Transição da Monarquia para a República

Sérgio Veludo Coelho¹

Introdução

Conforme afirma Luís Salgado de Matos, a implantação da República foi precursora de um utópico programa de modernização militar, ambicioso se considerado em grande escala, mas que na prática e em muitos aspectos não mais fez do que seguir anteriores projectos do final da monarquia, nomeadamente do reinado de D. Carlos.²

A nível tecnológico a modernização já havia arrancado em 1904-1906 com a aquisição de novos armamentos para o Exército e relegando os materiais obsoletos para as reservas e para as tropas nativas do Império, como já era tradicional. Em termos uniformológicos pouco se havia alterado com o último grande plano de uniformes de 1892 e subsequentes alterações de 1894 e 1898, a não ser a substituição dos têxteis azuis ferretes e do linho branco como tecidos de campanha pelo cotim de algodão cinzento claro, em 1904.

Mais do que rupturas, permaneceram continuidades após 1910.

O Exército Português e a evolução da tecnologia

O exército de 1910, em termos de armas ligeiras, encontrava-se armado com a recente espingarda Mauser-Vergueiro (com culatra de ferrolho e calibre de 6,5 mm) com a metralhadora pesada Maxim (do mesmo calibre e ainda agregada a

¹ Professor Adjunto da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.

² Matos, 2004: 117

um reparo de rodado) e os oficiais podiam contar com a pistola automática Luger Parabellum, de 9 mm. A nível da artilharia destacava-se a aquisição do material francês de tiro rápido Schneider Canet, de 75 mm.

Relativamente à modernização do exército no período anterior ao 5 de Outubro de 1910 é fundamental a leitura de António José Telo, na *Nova História Militar de Portugal*.³ De acordo com o investigador, o Exército Português conseguiu acompanhar a vaga tecnológica que entre 1899 e 1908 ocorreu nos exércitos dos países europeus. De acordo com António José Telo, Portugal encetou um esforço de modernização e reequipamento das suas forças terrestres que se traduziram em quatro programas, do qual o mais importante se verificou a nível do armamento individual.⁴ Esta questão tinha já um vasto antecedente desde que se fizera a demorada transição dos sistemas de pederneira para os de percussão, num processo de mais de quinze anos (1840-1855), mas que depois mudaria para uma tendência rápida, ou com um atraso mínimo, a manter o armamento de acordo com os padrões europeus, tal como é referido nos trabalhos do especialista em armamento ligeiro Jaime Augusto Regalado.⁵ Numa fase de transição crucial como foi o final do século XIX, Portugal adquiriu as suas primeiras armas de repetição em 1886, com a compra de 46000 espingardas Kropatschek, fabricadas pela Steyr austríaca. Este modelo de espingarda, nas suas variantes para as diferentes Armas e serviço, trouxe uma larga vantagem em poder de fogo, sobretudo para a infantaria.⁶ Nas campanhas africanas tal ficou demonstrado pela capacidade de manter um forte fogo sustentado nos quadrados defensivos portugueses face às mangas

³ Telo, 2004: 358-365

⁴ Telo, 2004: 358

⁵ Regalado, 1997

⁶ Telo, 2004:358

dos Vátuas, em Moçambique.⁷ Apesar de ser uma arma ainda a usar pólvora com fumo e ser municada através de um carregador tubular abaixo do cano, havia sido inovadora por usar uma munição de baixo calibre (8 mm) e alta velocidade. Mais tarde viriam carabinas Mannlicher, de calibre 6,5 mm para equipar a cavalaria e a artilharia, sendo que estas características, nomeadamente os baixos calibres de alta velocidade, poderão ter influenciado as comissões para que em 1904 se chegasse à aquisição das novas espingardas Mauser, na versão de calibre 6,5 mm, um *state of the art* em termos de armamento ligeiro. Com as modificações levadas a cabo no sistema de disparo de ferrolho, levadas a cabo pelo Capitão Vergueiro e que segundo Jaime Regalado passara por adaptar um mais ágil fecho de tipo Mannlicher à arma, ficou esta espingarda conhecida como Mauser Vergueiro M/904 (calibre 6,5 mm), tendo a encomenda sido de 100000 exemplares à Alemanha. Os lotes teriam chegado entre 1905 e 1907 e levado à criação de condições de fabrico de pólvora sem fumo em Portugal.⁸

Mas o esforço de modernização não se ficaria por aqui. Depois de uma tardia adopção de uma arma de fogo para oficiais com o revólver Abadie (9 mm) em 1875-1876 e que estaria em serviço até 1908, o Exército Português recebe no mesmo ano os primeiros lotes da famosa pistola Luger Parabellum, de fogo automático e alimentada por carregador no punho. O seu calibre era de 7,65 mm, mas usava a munição de tipo Mauser, com cartucho tipo garrafa, o que na prática equivalia a ter uma carga de 9 mm a disparar uma bala de 7,65. Conforme afirma António José Telo esta modernização colocava Portugal ao nível dos grandes poderes europeus, com uma margem mínima de atraso

⁷ Formação de combate em “cabeça de búfalo”, similar às usadas pelos Zulus.

⁸ Telo, 2004:359

relativamente a armamento individual, mas não só.⁹ Adoptam-se as primeiras metralhadoras de fogo totalmente automático, do modelo Maxim, também de calibre 6,5 mm (e daqui se vê o cuidado posto na uniformização dos calibres ligeiros), cuja cadência de tiro chegava aos 600 tiros por minuto. No entanto, António José Telo refere que as metralhadoras pesadas foram encaradas inicialmente como uma peça de artilharia ligeira, não estando organicamente integradas como armas de apoio da infantaria, até porque nas suas versões iniciais surgem com reparos de rodado e não em tripés. Em alguns exemplares da *Ilustração Portuguesa* de 1911 e 1912, em números referentes às campanhas contra as incursões monárquicas em Vinhais, surgem as secções de metralhadoras Maxim associadas aos batalhões de caçadores do Exército Português para lá enviadas para combater os couceiristas. Estas metralhadoras vinham em reparos de rodas e com um pequeno mantelete protector para as suas guarnições.

Outra aquisição importante foi a artilharia de tiro rápido, recaindo a escolha no material deste tipo mais moderno da Europa, o sistema Schneider-Canet, concebido em 1897 para o exército francês. Portugal usava tradicionalmente o material alemão desde a renovação do parque de artilharia em 1871, com a predominância da marca Krupp, mesmo quando só se usavam as suas culatras de aço para adaptar às peças de bronze comprimido fabricadas nos arsenais portugueses. O final do século XIX ainda vê Portugal a adquirir material Krupp T/Am 1900, que já tinha um incipiente sistema de absorção do recuo de peça no disparo. Mas o salto qualitativo dá-se com a aquisição das peças Schneider-Canet, de 75 mm, em 1904. Estas peças tinham um berço hidráulico que

⁹ Telo, 2004: 359

permitia a sua imobilidade durante os disparos, a culatra de parafuso dava uma grande cadência de fogo à arma e trouxeram um avanço tecnológico significativo à artilharia de campanha portuguesa que assim ganhava uma real capacidade operacional na época. As fábricas Schneider e Canet também forneceram obuses pesados de 150 mm e peças ligeiras de montanha, estas desmontáveis e com o mesmo sistema de tiro rápido das TR 75 mm.¹⁰ Também as comunicações de campanha evoluíram com a introdução da TSF (telegrafia sem fios) em 1901, operada pela Companhia de Telegrafistas.

Todo este esforço foi acompanhado em menor escala por uma discreta evolução uniformológica que se limitou a introduzir o cotim cinza de algodão nos uniformes de campanha do Exército, substituindo o brim branco após muitos anos de uso como tecido dos uniformes de caserna e de Verão. Mas no geral os uniformes mantinham-se nos modelos saídos do plano de 1892.

As mudanças estruturais do Exército Português

Este processo de modernização teve o seu auge em 1908, coincidindo com o trágico final do reinado de D. Carlos. D. Manuel II, numa política de conciliação difusa com sectores crescentemente opostos à monarquia, afasta os oficiais veteranos e experimentados das campanhas africanas dos comandos estratégicos do exército, que haviam sido valorizados pelo seu pai. Desmotivados pela perda da importância e indiferença do Rei, os oficiais do quadro permanente tornam-se quase alheios ao que se passa no país. Tal vai afectar profundamente todo o trabalho de modernização encetado na década anterior e que capacitava Portugal a ter uma defesa credível face aos

¹⁰ Telo, 2004: 360

arremedios anexionistas de Afonso XIII de Espanha e à necessidade, previsível, de formar corpos expedicionários para África e mesmo para um eventual conflito na Europa, o que acabaria por acontecer já na República.¹¹

O 5 de Outubro de 1910 confirma a apatia dos oficiais do quadro permanente, que não aderindo em massa à insurreição republicana, também não se empenharam a fundo na defesa da monarquia, excepção feita a Paiva Couceiro. Seria aqui redundante e fastidioso descrever as operações militares de 5 e 6 de Outubro de 1910. A mudança de regime trouxe uma alteração na filosofia de um antigo exército semi-permanente, a ensaiar o recrutamento e incorporação obrigatórios, para um exército miliciano, segundo a definição de António José Telo.¹² O modelo suíço foi dos mais propostos para ser a base do novo exército da República, com diminuições drásticas dos quadros permanentes e a formação de extensas reservas de tropas prontas para a mobilização, secundada pela Guarda Nacional Republicana, esta última que em determinadas alturas seriam os pretorianos do regime e que chegariam a ter os mesmos equipamentos de combate do exército, incluindo artilharia. Claro está que os oficiais do quadro permanente, na maioria transitados da monarquia e muitos deles recém convertidos aos princípios da república não viram com bons olhos esta proposta, que implicaria o seu afastamento das fileiras. Argumentavam que as exigências feitas ao Exército Português eram diametralmente diferentes das do exército suíço, já que eram constantes as necessidades de intervenção nas colónias e cada vez mais na ordem pública, assolada por greves, incursões monárquicas e distúrbios entre facções do

¹¹ Telo, 2004:361

¹² Telo, 2004:363-364

regime.¹³ Todos os projectos de reorganizar o Exército a partir de 1911 irão falhar, dado que a capacidade que havia sido adquirida para montar uma defesa do território havia sido perdida e os próprios efectivos tinham-se reduzido substancialmente, não havendo mais do que 22900 homens entre activos e reservas, não passando as oito divisões e corpos independentes de unidades no papel. Na verdade, o exército republicano tenta tomar forma em 1911, e conforme refere Luís Salgado de Matos, existiram três fases de implementação administrativa e operacional neste contexto, a saber: de 1911 a 1915 levam-se a cabo reformas no recrutamento, na cadeia de comando e nas instituições castrenses não operacionais. Tudo isto ocorria em simultâneo com as várias incursões monárquicas, sobretudo a Trás-os-montes e com as intervenções em África, tanto contra tribos sublevadas, como depois com os ataques das tropas alemãs a Angola e Moçambique a partir de 1914; a segunda fase corresponde ao período de 1916 a 1918 em que o exército se vê mobilizado em força para a Flandres, numa situação completamente nova que era o envio de um grande número de tropas, armamento e logística para um teatro de guerra distante e estranho aos portugueses de que se destacava o frio rigoroso do Artois/Flandres e as trincheiras; a terceira fase consistiu no progressivo direccionamento das Forças Armadas para soluções baseadas em regimes fortes para debelar a desordem interna que a I República não conseguiu travar acabando por resultar no 28 de Maio de 1926 em que o Exército e Armada impõem o que viria a ser a Ditadura Nacional.¹⁴

Ainda citando Luís Salgado de Matos, relativamente ao novo plano de uniformes, de 7 e 9 de Agosto de 1911, este acompanhava o nascimento de

¹³ Telo, 2004:364

¹⁴ Matos, 2004: 117

um novo exército, miliciano, a integrar em toda uma nova iconografia da republicanização dos símbolos do Estado.¹⁵ O estilo, muito próprio, dos antigos uniformes de 1892 e até 1910, que Satúrio Pires escrevia serem de estilo italiano é substituído, sem olhar a previsões orçamentais, pelo plano de uniformes de 1911.¹⁶ Tornava-se evidente um retorno à tendência de adoptar estilos conotados com a política do momento, sendo fortemente inspirado nos modelos franceses em uso na época. Tal não é de surpreender já que a França, impregnada politicamente de um ideário republicano de liberdade, igualdade e fraternidade, a que se somava uma recente cruzada anticlerical, tornavam-se na emulação ideológica de muitos republicanos portugueses. A comissão de oficiais que elaborou o plano de uniformes de 1911 estava claramente associada a essa estética republicana e laica, e apesar de não ter abolido os símbolos nacionais principais tudo fez para erradicar o ideário monárquico do vestuário militar, excepto o boné de caserna dos praças, conhecido como *tachinho*. A adopção de estilos uniformológicos estrangeiros, tendo já acontecido também no período da Regeneração.

Transição uniformológica da Monarquia para a República

O plano de 1892 foi o último conjunto legislativo onde os lanifícios em azul ferrete serviram para confeccionar os grandes e pequenos uniformes das tropas de todas as Armas¹⁷. Aquele plano teria sido o último a realizar-se em

¹⁵ Matos, 2004: 120

¹⁶ Pires, 1935: 37

¹⁷ Relembramos a gorada experiência de generalização dos panos castanho-pinhão, decretada para a infantaria e caçadores em 1885, abolidos em 1891, na Ordem do Exército nº 14 de 6 de Maio desse ano, passando os próprios regimentos de caçadores a trajar uniformes em azul ferrete, juntamente com a infantaria.

paz, sem as exigências de uma campanha e do combate, sabendo-se que a guerra é a verdade do uniforme:

*“La guerre révèle la vérité de l’uniforme dans sa fonctionnalité et sa résistance aux aléas du temps, de l’usure, de l’inadaptation. Les draps tiennent le coup, mais le coloris cède faute de solidité des teintures face aux rigueurs du climat, aux salissures de toute espèce, aux traces qui laissent la terre, le feu, le sang, la sueur, l’urine, le soleil...”*¹⁸

Contudo, dois anos mais tarde, com as sublevações indígenas em Moçambique urgiu o envio de tropas expedicionárias a socorrer Lourenço Marques, que chegou a ser cercada pelos revoltosos vátuas. Se as primeiras tropas vão uniformizadas como na metrópole, embora pudessem usar os fardamentos de brim, levaram pesadas coberturas como a barretina ou o capacete. Nem o barrete à austríaca dos oficiais nem o “tachinho” das tropas se pareciam adequar àquele teatro de operações, acabando por surgir o chapéu de abas largas à “boer”, do qual existem imensos registos fotográficos da época.¹⁹ As primeiras experiências de combate em teatros difíceis, como era o africano, teriam sido o ponto de partida para as posteriores modificações e estudos sobre ergonomia do uniforme que surgiriam nos primeiros anos do século XX, nomeadamente na Revista Militar e na Revista de Infantaria.

A *italianização* do nosso figurino que Satúrio Pires apontava, poderia ser uma mera opinião *a posteriori*, já que nas consultas realizadas na documentação como a Revista Militar ou a Revista de Infantaria, numa cronologia que chegava até 1910, em caso algum os articulistas mencionaram qualquer relação dos novos uniformes com estilos italianos. Contudo, Satúrio Pires foi contemporâneo dos fardamentos do plano de 1892 e também foi um reconhecido estudioso e uniformologista no que respeitava à infantaria e caçadores, e a sua opinião surgiria por comparação com o que conhecesse do

¹⁸ Roche: 1989: 236 - 237

¹⁹ Martins: 1945

exército italiano da época. Não era uma comparação despropositada, pois as situações dos dois países não seriam muito diferentes. Com uma revolução industrial atrasada, uma sociedade predominantemente rural e uma endémica instabilidade política, a Itália aproximava-se muito de Portugal, apesar das diferenças geográficas. Além disso, se Portugal fazia todo o possível para conservar o que restava das suas possessões, a Itália tudo fazia para criar territórios ultramarinos na Somália ou na Eritreia, como meio de afirmação na Europa dos impérios coloniais.

Para entender o contexto das legislações uniformológicas do plano de 1911 passemos em revista todo o acidentado percurso do uniforme português da segunda metade do século XIX. O primeiro ponto comum nesta época traduziu-se pela constante adopção de figurinos externos, como viria a acontecer em 1911, normalmente de potências militares com as quais houvesse uma identificação com o ideário político-militar. Portugal tendeu a seguir com algumas modificações, os figurinos militares em predominância nas respectivas épocas. Tal aconteceu, por exemplo, de 1848 a 1869 com a introdução progressiva do ideário uniformológico francês, reflexo do poder militar do II Império. Esmagado este na guerra com a Prússia em 1870-1871, o exército português muda, radicalmente, para o figurino prussiano em 1885, pelas razões acima referidas, para em 1892 cair numa situação algo indefinida, aonde os restos da influência prussiana se irão misturar com uma inesperada influência do figurino italiano.

Sem a capacidade militar para manter a sua integridade e perdidos os direitos históricos desde 1888, o exército sente a impotência de cumprir as suas missões perante uma classe política amorfa. Talvez partisse daí a vontade de

criar, em 1892, um estilo nacional ou aproximado ao de um país nas nossas condições, como era o caso da Itália. As sucessivas alterações ou modificações após cada plano de uniformes demonstram que o experimentalismo que seria necessário antes de um novo sistema de fardamentos, se verificava *a posteriori*, e em vez de se verificar em unidades restritas, aplicava-se globalmente ao exército. Eram comuns e constantes os vários factores negativos como a má qualidade dos lanifícios, que precipitavam o prematuro desgaste dos uniformes, a má concepção ou a inadequada manufactura daqueles provocando o desconforto no soldado quando solicitado para os rigores das manobras e exercícios. As tinturarias de má qualidade que aceleravam o desgaste dos fardamentos, podiam criar duas situações: uma que se traduzia num exército mal fardado e com mau aspecto; outra que para evitar a primeira obrigava à reposição constante dos artigos de fardamento. Tal situação pesava economicamente nos ministérios e nos arsenais, que se viam obrigados a gerir, com crescente dificuldade, orçamentos para contratos de fornecimentos de têxteis e para a confecção de materiais de fardamentos que acabavam por ter uma indesejável curta duração ou um desgaste precoce e frequentemente irreversível. Também pesava financeiramente na bolsa individual das tropas, já que se os artigos de uniforme se degradassem ou se inutilizassem antes do tempo previsto, a sua reposição era feita a expensas do usuário, ou seja, o soldado cujo pré era já bastante reduzido. Por isso, as tropas tendiam a poupar ao máximo os fardamentos, principalmente a nível do grande uniforme, realizando quase todos os serviços em pequeno uniforme ou no uniforme de caserna. Ficava o grande uniforme remetido às solenidades ou

às grandes formaturas cerimoniais, resumindo-se a ser usado poucas vezes durante o ano.

O soldado português exerceu as suas funções durante cinquenta anos, em jaqueta, barrete de caserna e calça de mescla ou de brim e depois no cotim cinza, que desde 1904 vestiria as tropas em campanha da Monarquia e da República. A elaboração de um plano de uniformes implicava a criação de comissões formadas por oficiais de alta patente, ligados aos ministérios e ao Governo, mas, provavelmente, afastados dos quartéis, casernas e polígonos de manobras. Um exemplo dessas comissões era denominada “*comissão dos dezanove*” que teria estado na origem do plano de uniformes de 1885.²⁰ Teriam sido esses homens, que dentro de um certo espírito do fontismo e na sequência da reorganização estrutural do exército em 1884, introduziram o figurino alemão, reflexo da emergência de poder desse país no contexto geopolítico europeu mas por muitos criticado por não corresponder à realidade do soldado português, apto a materiais mais ligeiros.

Outra grande problemática que rodeava o atribulado panorama dos figurinos militares portugueses, mas com raízes mais fundas no tempo, prendia-se com os próprios comportamentos individuais e colectivos dos militares e o seu posicionamento perante a sua instituição e a sociedade, o que se tornou ainda mais evidente na transição da Monarquia para a República.

Verifica-se que foram necessários numerosos decretos coercivos e abrangentes a todos os postos hierárquicos, obrigando a um maior uso do uniforme e ao seu correcto atavio. Pelo lado dos oficiais, era visível que estes, fora da unidade, se trajavam à civil parecendo querer quebrar socialmente os

²⁰ Revista Militar, 1886

seus elos com a instituição. Parece denotar falta de motivação, descontentamento pela sua situação e pressões externas de um provável estigma de desvalorização social, corrente contrária à de outros países, onde a instituição militar era altamente valorizada. A frequente má qualidade dos fardamentos, protegia mal o soldado das inclemências do tempo e do terreno, para além das más confecções dos uniformes, calçados e correames lhes transformar o quotidiano em suplício, principalmente nos exercícios e manobras.²¹

A Regeneração pretendeu pacificar o exército, dimensionando-o para uma missão de defesa nacional, mas não conseguiu erradicar alguns hábitos anteriores, permanecendo a instabilidade estrutural e de organização, situação que afectava a própria estrutura uniformológica, criando toda a série de problemas que pudemos observar ao longo desta reflexão. A indefinição de objectivos específicos, o seguir das modas contra as especificidades e exigências das realidades do soldado português, a falta de controlo e selecção dos materiais, confecção e acabamentos dos fardamentos, as lacunas disciplinares e culturais existentes em muitos sectores do exército, as más condições de vida e económicas do militar, são alguns dos vectores que vão acompanhar a evolução do uniforme nesta época. Este panorama negativo foi amplamente tratado e denunciado por jovens oficiais, uns identificados e outros não, através de vários artigos publicados na Revista Militar, e sem dúvida, em outros tipos de publicação ou imprensa como a Revista de Infantaria e largamente ilustrada em magazines como a Ilustração Portuguesa.

²¹ Coelho, 1998

Estas variadas situações não implicavam que os planos de uniformes fossem de aparência anacrónica. De facto, em 1856, 1869 ou 1885, os figurinos adoptados estavam estatisticamente de acordo com as modas militares da época, tal como sucedeu com o plano de uniformes de 9 de Agosto de 1911. Aliás, na análise deste último verifica-se que teria sido possível que a sua inspiração tivesse vindo das experiências que na altura, e no mesmo ano de 1911, o exército francês realizava com o sistema de uniformes que ficaria conhecido como *le tenue réséda*, que foi uma tentativa de substituir os antiquados uniformes de casaco azul e calça encarnada cujo recorte básico já vinha da Guerra Franco-Prussiana de 1870. Os novos uniformes experimentais franceses, cuja cor básica era o verde acinzentado, incluíam um modelo de capacete em feltro moldado com reforços e frente metálica e a cuja semelhança se aproximava o modelo de chapéu-capacete introduzido no plano de uniformes português de 9 de Agosto de 1911 e modificado em 1913. Os ensaios do plano francês acabariam por não surtir efeitos práticos e as tropas francesas entraram em combate, em 1914, com os seus velhos uniformes azuis e vermelhos frente às metralhadoras do exército Alemão. Só em 1915 o *poilú* veria novos uniformes mais conspícuos, fabricados em tecidos cuja cor ficaria conhecida como o *bleu horizon*, para além da introdução de um capacete metálico, o modelo Adrian, amplamente usado pelo Exército Francês desde 1914 a 1945 e ainda visível nas forças de segurança interna (CRS) durante as convulsões de Maio de 1968.

O Plano de Uniformes de 1911

O Exército Português, no seu primeiro plano de uniformes da República, adopta um figurino marcadamente francês, mas que não escapou a críticas, até contundente. Apesar de longo, transcrevemos o escrito por um anónimo na Revista de Infantaria, em Outubro de 1911 e do qual teceremos algumas considerações e reflexões:²²

“Está o exército Português sofrendo mais uma das muitas transformações nos seus uniformes. Esta doença velha, quasi crónica, de mudarmos constantemente de uniformes, teve agora mais uma manifestação geral e completa.

Não foi uma arma, não foi um serviço que viu alterados os artigos do seu uniforme, na parte ou no seu todo; foi o exército inteiro que passou por uma transformação profunda e radical.

É justo confessar antes de mais nada que não nos causa mágoa ver desaparecer o antigo uniforme, que não era uma obra-prima, nem de comodidade, nem de elegância, nem mesmo um uniforme característico, original, português. Mas se esses predicados não tinham, forçoso é também começarmos por confessar que no plano de uniformes ultimamente decretado não se reconhece igualmente a ausência dos mesmos defeitos.

Sendo um plano de uniformes para um exército, não só de uma república democrática, mas também para um exército que poucos dias antes tinha passado a ter a feição puramente miliciania, nós sempre supusemos que esse plano teria uma orientação bem definida e nitidamente clara, que seria a da simplicidade. Nas colunas de esta Revista se advogou mesmo essa ideia, que era evidentemente a que estava naturalmente indicada. Nós porém, queríamos ainda mais qualquer coisa do que a simplicidade; queríamos a verdadeira uniformidade de traje para todas as armas, para todos os serviços, para todos os militares, enfim. A única diferença que admitíamos era a dos emblemas das especialidades de cada um. E isto é mesmo o que nós e muita gente esperávamos.

Nestas condições não pode causar admiração a estranheza que os actuais uniformes nos causaram, porque a sua variedade infinita de cores e a extravagância dessas próprias cores, a diversidade de artigos e impropriedade de muitos eles ressaltam logo à primeira vista, ao primeiro relance. É um plano de uniformes que se pode já considerar envelhecido e que já está a pedir rápido e pronto remédio porque há nele muita fantasia, muita mirabolancia, muito artigo caro e muito artigo impróprio ao fim que se destina.

O figurino francês foi evidentemente o inspirador da comissão que organizou esse plano e esta circunstância é simplesmente para lamentar por duas razões que passamos a expor²³. A primeira de essas razões consiste na vulgarização dos uniformes franceses entre nós pelas corporações de bombeiros de muitas das nossas cidades e vilas, pelo pessoal dos correios, pelas mais sertanejas filarmónicas, pela polícia e até criados comerciais de casas comerciais importantes. Apresentar nestas condições os oficiais do exército com um uniforme igual, é estabelecer um confronto que muito os há de desprestigiar no conceito popular. Os barretes, tanto de oficiais como de praças pret, sendo cópia fiel de kepi francês, é uma coisa lastimosa pela condição servil da imitação e pela confusão que vai lançar entre eles e todas as mais corporações, filarmónicas e entidades que já usam idêntica cobertura de cabeça.

²² Anónimo, Revista de Infantaria: 300- 304.

²³ Conforme já referimos acima o próprio exército francês estava a ensaiar novos figurinos para substituir o tradicional *bleu* e *garance* dos seus uniformes, de um estilo que agora o plano de uniformes de 1911 nacional tentava introduzir. Na verdade as experiências com a *ténue réseda* acabariam por não avançar e só em 1915 foi introduzido um novo uniforme para a guerra de trincheiras. Face aos figurinos europeus mais avançados como o britânico, o novo plano português era à nascença obsolescente.

As dragonas são também filhas do mesmo espírito de imitação, mas e então estas têm mais o inconveniente de agravarem seriamente o magro soldo do oficial e a Fazenda Nacional, porque são um artigo caro e de fácil inutilização.

A outra razão que nos leva a lamentar que o figurino francês fosse o orientador da comissão, reside no facto dos seus ilustres membros se deixassem seduzir por um figurino já desprezado pelos franceses, apesar de tradicional, nacional, típico, genuinamente francês. Passarmos, pois, a usar nós o uniforme que uma nação já despreza e que me breve abandonará, dá uma tal nota de espírito de imitação, que é o espírito dos macacos, e de falta de concepção que só nos pode desprestigiar no conceito dos estrangeiros, porque só pode encarado como uma prova de decadência.

Se em lugar de tudo isso se tivesse adoptado um uniforme simples, elegante, sério, sem fantasias nem mirabolância, nem esquisitas e até ridículas imitações, ter-se-ia feito uma obra que estaria no espírito da época, que satisfaria as necessidades do serviço e que não agravaria a situação económica de ninguém.

A diversidade de cores não vem só dar ao exército a feição de agrupamento de pintalegretes, mas vem ainda a acentuar a falta de harmonia, camaradagem e coesão que por vezes se faz notar entre as armas e serviços pelas distinções que entre todas vem estabelecer.

E a estes defeitos, quer de estética quer de natureza moral que são inerentes a essa orientação, outros se vêm ainda juntar. A escolha do pano cinzento claro para a infantaria não deve subsistir porque tem sempre um tal aspecto de envelhecido que muito há-de prejudicar a apresentação da nossa arma. Além disso as divisas dos sargentos e cabos feitas com esse pano, assentes sobre os casacos de cotim não têm relevo algum, chegando mesmo a ser difícil distinguir os graduados que as usam.

Com relação a calçado encontram-se no plano de uniformes disposições que ou não se percebem ou então obrigam-nos a concluir que é tão fértil que até chegou a prescrever o raro luxo de obrigar os soldados a ter 4 pares de botas e os oficiais nada menos do que 6, para uns e outros poderem sempre cumprir cabalmente com os seus deveres. É estupendo, mas é verdadeiro.

Ao calçado andam ligadas as grevas, que é uma novidade da nossa legislação. A crítica de este artigo é fácil de fazer. Os seus 2 metros de comprimento e a necessidade de exigirem uma aprendizagem muito especial para bem se collocarem é o bastante para as condenar. São um bom artigo para quem as souber colocar bem, mas também são uma coisa condenável para quem as não souber enrolar, porque se ficarem muito apertadas dificultam a circulação do sangue e se ficarem largas ou chegam a cair ou perdem as suas qualidades. Além disso são de uma colocação demorada e longa e portanto impróprias para o serviço de campanha.²⁴

As grevas tiveram a sua época há questão de 10 anos, quando foram usadas pelas tropas inglesas que entraram na campanha sul-africana. Os nossos legisladores foi aí por certo que se inspiraram para dotar o exército com esse artigo, mas, se assim foi, forçoso é reconhecer que se deixaram atrasar porque a polaina de correia as veio suplantiar. Há porém uma coisa que nós não chegamos a compreender. A polaina também obteve o seu triunfo, porque foi adoptada para as tropas montadas, mas sempre desejaríamos que alguém nos dissesse qual a razão porque não se generalizou à infantaria. Em matéria de calçado vê-se que o figurino preferido foi o inglês, e figurino actualizado, com excepção das grevas de infantaria, que já pertencem a figurino antiquado. Ora, pois, modernizemo-nos em tudo, ponham-se as grevas de parte e torne-se a polaina extensiva à infantaria.

E assim se fizer, prestar-se-á um relevante serviço à infantaria.

O figurino inglês foi também seguido na parte que diz respeito ao chapéu. Pela sua forma, pelo seu feitio e enfim pelo seu todo vê-se que se trata da cópia servil do chamado chapéu de explorador ou de caçador de leões. É o chapéu que usam as tropas que destacam para as colónias; é o chapéu dos países quentes. Esta razão é o bastante para mostrar os grandes serviços que prestará na Guarda e em Bragança quando as tropas de estas localidades tiverem no pino do Inverno de sair dos seus quartéis sob as formidáveis nevadas que ali são frequentes.

²⁴ O autor refere as grevas como já algo datado, apesar de só terem surgido nos finais do século XIX. No entanto as grevas irão estar em uso na maioria dos exércitos europeus até à II Guerra Mundial. Os exércitos ingleses e belga substituem as grevas por polainas curtas na década de 1930, assim como o próprio Exército Português, enquanto que o exército francês, holandês ou polaco usariam as grevas até 1940.

E posto isto, se voltarmos ao barrete antigo, com mais ou menos modificações; se se adoptar uma só cor para os diversos distintivos e comum para todas as armas e serviços; se aquelas e estas se distinguissem apenas pelos seus emblemas; se se adoptar a polaina para a infantaria; se se abolir o chapéu que não é cómodo nem próprio; se se acabarem com as dragonas que são artigo caro; se se acabar também com a peliça, que servirá somente para distinguir os oficiais ricos dos pobres e que será, portanto, um motivo de humilhação de estes; e, finalmente, se se tornar obrigatório o actual dolman de flanela, ficará o exército com um uniforme que nada terá de ridículo, que satisfará todas as necessidades e que não agravará a situação económica de uns nem envergonhará nem humilhará a outros, ficando além disso um uniforme democrático e em harmonia com o espírito da época e das próprias instituições. Deixemo-nos de fantasias e de coisas ridículas.”²⁵

Esta transcrição retrata uma visão crítica sobre o novo plano de uniformes de 9 de Agosto de 1911. Apesar de ser um artigo sem autor identificado, verificamos que o mesmo condena de forma contundente a adopção de um figurino estrangeiro, neste caso o francês, mais por afinidades políticas do que por uma real necessidade de mudar o sistema uniformológico em uso. Tal já não era novo, já que na monarquia as revistas da imprensa militar eram bastante críticas quanto às opções tomadas na elaboração dos sucessivos planos de uniformes, e pelas mesmas razões do que este artigo aponta, sobretudo no respeitante ao sacrifício de aspectos práticos e económicos em favor de tornar a aparência das tropas num projecto político. Em busca dessa influência gaulesa e tomando como referência fotografias do exército francês da época, abundantes em várias publicações como a *Osprey Publishing*, as revistas *Tradition* ou *Militaria*, partimos para uma breve análise do plano de uniformes de 9 de Agosto de 1911 nas suas componentes descritivas. Sabemos que a realidade dos decretos poderia não ter correspondido à realidade dos quartéis e dos próprios materiais, saídos das oficinas dos arsenais, muitos deles agora em museus ou na posse de coleccionadores. Felizmente, coleccionadores existem que viabilizam e divulgam, com o suporte da investigação das fontes,

²⁵ Anónimo, Revista de Infantaria: 300- 304.

essas realidades afastadas do denso discurso legislativo.²⁶ Não tendo a posse dos objectos de colecção a época em questão permite-nos fazer a busca da verdade uniformológica através do recurso à fotografia. E é recorrendo a esses exercícios de comparação que se pode constatar a forte influência francesa que o artigo acima citado refere.

Comecemos, pelo exemplo mais flagrante que era o 1º barrete para oficiais, representado na Estampa XV, figuras 127 a 130 do referido plano de uniformes. Na sua descrição, este barrete tinha uma estrutura básica de pano azul ferrete, com forma cilíndrica e feito em duas partes, ligadas por uma costura a toda a volta. O tampo seria na cor das respectivas Armas e Serviços e teria um bordado em trancelim de ouro a ornar o topo. A separar o tampo da parte inferior partiam, em paralelo com as costuras horizontais, dois trancelins de ouro e na vertical surgiam dois trancelins, também de ouro em cada lado do barrete. A pala era em couro de polimento preto e o respectivo emblema era colocado à frente e a meio da parte inferior da peça.²⁷ Este artigo, para lá da inspiração, era na realidade muito semelhante aos mesmos tipos de quégis franceses em uso na época. Curiosamente o plano designa-o como barrete, fugindo a um claro assumir das influências deste artigo. Em França este modelo ainda perdurará na I Grande Guerra, mas posteriormente serão substituídos pelos modelos de tampo rígido que ainda se usam até hoje.²⁸

Outros artigos requerem uma análise mais profunda e atenta, mas as similitudes acabam por aparecer, sobretudo pela comparação entre as imagens

²⁶ De notar os excelentes trabalhos de Pedro Soares Branco para a área da uniformologia e de Jaime Regalado para as áreas do armamento, sobretudo ligeiro.

²⁷ Ordem do Exército Nº16, de 9 de Agosto de 1911: 1091

²⁸ Sumner, Ian; Embleton, Gerry (1995). *The French Army 1914-18*. London: Osprey Publishing; Sumner, Ian; Vauvillier, François; Chappell, Mike (1998). *The French Army 1939-1945 (1)*. London: Osprey Publishing.

do plano de uniformes, da imprensa, sobretudo a Ilustração Portuguesa, e das fotografias das tropas francesas, tanto em quartéis como nos bivaques de campo. No vestuário surgem vários artigos como o casaco,²⁹ destinado aos corpos de oficiais e que tinha forte inspiração nos modelos vigentes no exército francês. Conforme as figuras 168 e 169 deixam ver a peça assemelhava-se aos casacos de serviço franceses em vários aspectos. Assim, passara a ser mais comprida e ligeiramente cintada e a ter uma única abotoadura de oito botões de metal dourado, de acordo com as várias Armas e Serviços, abandonando-se os velhos modelos de dupla abotoadura do plano de 1892. As golas direitas e levantadas eram ornadas na primeira secção de cada lado com a respectiva cor e distintivo das Armas e Serviços, os canhões eram em vértice e ainda mantinham a tradição de aí serem colocados os galões do posto. Nos ombros existiam duas passadeiras para fixar as dragonas, semelhantes às usadas pelos oficiais gerais mas sem estrelas.

Também nos dolmans, nas suas diversas variantes, se verificavam aproximações aos modelos franceses. Começando pelo 1º dolman para oficiais gerais, este era confeccionado em pano azul ferrete e distinguia-se pelos seus seis alamares de cordão torçal de seda preta, profusamente guarnecidos com botões elípticos forrados a seda, casas orladas a seda preta e galões de ouro. As estrelas do generalato assentavam sobre as golas e nos canhões. Tinha cinco algibeiras, uma delas no interior, no lado esquerdo do peito. As platinas eram feitas em cordão de fio de ouro.³⁰ Pela comparação com fotografias de oficiais gerais do exército francês da mesma época, verificamos a forte semelhança e inspiração, o que em termos práticos se veria

²⁹ Correspondente ao antigo *grande uniforme*.

³⁰ Ordem do Exército N°16, de 9 de Agosto de 1911: Estampa XVII, figuras 141 e 142

um oficial general do Exército Português com um uniforme *à francesa*. Mas esta inspiração fiel do ideário francês não se ficou por aqui. Os dolmans de serviço dos oficiais também adoptaram este estilo e estética. Assim, para todos os oficiais foi concebido o designado dolman de serviço, representado na Estampa XVIII, figura 149. Era feito em mescla cinzenta, com uma única abotoadura vertical com seis botões, cujos modelos variavam nas Armas e Serviços. Em termos práticos tinha quatro bolsos de chapa com pestana, cada uma delas com um pequeno botão, que tal como os anteriores variava nas especialidades. Para os sargentos e praças fora concebido um 1º dolman (no equivalente a um grande uniforme) para paradas, ocasiões cerimoniais ou de saída. Dada a sua natureza cerimonial, era confeccionado em pano azul ferrete, de abotoadura vertical com seis botões de metal amarelo. Tal como para os oficiais, as golas variavam de cor e distintivo segundo as Armas e Serviços. O toque principal do estilo francês era a previsão do uso de dragonas com franja de lã, para o que existiam duas passadeiras sobre os ombros da peça.³¹ O serviço de campanha de sargentos e praças seria feito com o dolman de serviço, representado nas figuras 172 e 173 do plano de uniformes.³² Estes dolmans, talhados em pano de cotim de algodão cinzento, eram destinados ao serviço de quartel e campanha e sobre eles se aplicava o recém-adquirido sistema inglês de cinturão, cartucheiras, bernal e mochila. Na sua forma geral este dolman era semelhante ao 1º dolman, apenas diferindo no tecido e cor usados, na aplicação de dois bolsos de chapa, com pestana, à altura do peito e não usarem código cromático nas golas, limitando-se a ser aplicado o respectivo distintivo. As divisas de sargentos e cabos eram assentes em

³¹ Ordem do Exército Nº16, de 9 de Agosto de 1911: Estampa XXIV, figuras 170 e 171

³² Ordem do Exército Nº16, de 9 de Agosto de 1911: Estampa XXV, figuras 172 e 173

passadeiras de pano azul ferrete que colocavam nas platinas dos ombros. Podemos verificar que as peças superiores de fardamento foram, juntamente com o 1º barrete, as mais inspiradas no modelo francês. A isto se associava o uso das grevas para as tropas apeadas.³³ O modelo de barrete da figura 157, na prática um bivaque para uso dos oficiais também tinha uma correspondência, não tão evidente, em artigos franceses.³⁴

O artigo que sobressai pela sua novidade é o denominado *chapéu*, que se encontra representado nas figuras 155 e 156 da Estampa XXI do plano de uniformes de 1911. Um artigo de aparência invulgar, de que não se vislumbra uma inspiração clara e uma bizzaria para alguns: *O figurino inglês foi também seguido na parte que diz respeito ao chapéu. Pela sua forma, pelo seu feitio e enfim pelo seu todo vê-se que se trata da cópia servil do chamado chapéu de explorador ou de caçador de leões.*³⁵ O Museu Militar do Porto conserva um exemplar e outro está soberbamente fotografado na obra sobre as coberturas militares portuguesas, da autoria de Pedro Soares Branco.³⁶

O artigo anónimo da Revista de Infantaria que já aqui transcrevemos e referenciamos aponta, de modo irónico, para uma influência inglesa e de inspiração colonial. Na verdade, esta cobertura foi modificada em 1913, inclusivamente passando a sua designação de *chapéu* para *chapéu-capacete*. O novo modelo iria ainda equipar as tropas portuguesas que foram enviadas para Angola em 1914, conforme é visível várias nas fotografias da *Ilustração*

³³ Ordem do Exército Nº16, de 9 de Agosto de 1911: Estampa XXVII, figura 179

³⁴ Ordem do Exército Nº16, de 9 de Agosto de 1911: Estampa XXI, figura 157

³⁵ Anónimo, Revista de Infantaria: 300- 304.

³⁶ Branco, Pedro Soares. (2000). *Coberturas Militares Portuguesas: 1740-1918*. Edições Inapa, Lisboa.

Portuguesa.³⁷ Em termos comparativos surgiram-nos elementos interessantes nas experiências levadas a cabo pelo exército francês no já referido *Tenue Reséda*, em que os quépis seriam parcialmente substituídos por um modelo de capacete em feltro gomado, de cor verde, a serem usados por oficiais, sargentos e praças, à semelhança do que foi preconizado no nosso Plano de Uniformes de 1911. Este paralelismo, para lá da mera inspiração estilística, leva-nos a levantar a hipótese de que os oficiais que presidiram à comissão do plano de uniformes de 1911 teriam tido contacto directo com as experiências levadas a cabo em França.

As modificações de 1913

Nas alterações de 23 de Agosto de 1913, verificamos que o quépi vai ser abolido para dar lugar ao 1º barrete para oficiais no modelo que perduraria por longos no Exército Português, o que pressupõe que o modelo não se implementou em larga escala.³⁸ É de notar o que foi escrito no preâmbulo da Ordem do Exército Nº15, de 23 de Agosto de 1913 e que permite entender algumas das problemáticas levantadas sobre o plano de 1911:

Uma das condições fundamentais a que tem que obedecer o uniforme militar é o da economia, tanto para o Estado que tem de o fornecer à quasi totalidade das praças de pré, como para os militares que o têm de adquirir à sua custa. Assim sucede em quasi todos os exércitos, onde as alterações dos planos de uniformes, aliás pouco frequentes, são sempre orientadas no sentido de tornar estes mais simples e pouco dispendiosos.

A economia provém não só da duração, resistência e fixidez na cor das matérias primas empregadas, mas também da simplicidade no corte e da importância da mão de obra. O plano de uniformes mais económico será evidentemente aquele cujos modelos não exijam substituições frequentes dalgumas das suas partes componentes, nem aptidões especiais para a sua confecção ou para a colocação e substituição das guarnições e distintivos.

Acrescendo também existir ainda, em depósito, uma grande quantidade de artigos fabricados anteriormente a 7 de Agosto de 1911, e segundo o plano de uniformes até então em vigor,

³⁷ *Chapéu-capacete: de feltro, em mescla cinzenta, gomado, com a forma indicada na fig. 4. A cimeira é de cobre oxidado e roçada no ventilador. Na frente tem o laço nacional de couro envernizado a vermelho e verde (...) - Ordem do Exército Nº15, de 23 de Agosto de 1913: pág. 688/Estampa II, figura 4.*

³⁸ *Ordem do Exército Nº15, de 23 de Agosto de 1913: pág. 688 / Estampa I, figura I.*

*impõe-se como medida de boa administração aproveitar todos esses artigos, adoptando disposições que evitem o mais possível as despesas de transformação, e pôr de parte, no plano de 7 de Agosto de 1911, aqueles artigos de ainda não se adquiriu exemplar algum e que podem, com vantagem, ser substituídos por outros do antigo plano, dos quais há a quantidade suficiente (...).*³⁹

Neste texto introdutório às alterações do plano de uniformes de 1911, levada a cabo dois anos depois, verificamos que neste intervalo cronológico muito do estabelecido em termos uniformológicos não havia sido implementado, ou por questões económicas ou por lentidão nos serviços das oficinas de fardamento. A economia deveria ter sido um dos factores de entrave a esta situação, já que a situação financeira não era das melhores, e surge como argumento para a utilização dos materiais em stock desde o tempo da Monarquia, muitos deles ainda dos modelos do plano de uniformes de 1892.

O plano de 1911 foi um misto de rupturas e continuidades, permanecendo em serviço muitos dos antigos fardamentos e equipamentos⁴⁰, já que, por exemplo, se introduzia um novo 1º barrete, tipo quépi, para todos os postos, mas os praças continuavam com o 2º barrete, tipo *tachinho*, que já vinha dos tempos da Monarquia e presentes no plano de uniformes de 1892.⁴¹

Conclusão

Mais do que na *Revista de Infantaria* ou na *Revista Militar*, ao contrário do que de início esperávamos, constatou-se, nesta pequena investigação, que é na *Ilustração Portuguesa*,⁴² que se pode melhor registar a transição dos uniformes da Monarquia para a República e a permanência de antigos fardamentos até

³⁹ Ordem do Exército N°15, de 23 de Agosto de 1913: 687.

⁴⁰ Com excepção da introdução do modelo britânico de 1908, de equipamentos de infantaria, e que no Exército Português tomou a designação de M/1911, embora permanecessem em serviço os antigos arreios e cartucheiras de couro, adoptados juntamente com a espingarda Kropatschek.

⁴¹ Ordem do Exército N°16, de 9 de Agosto de 1911: Estampa XXI, figura 158.

⁴² A partir de 1910 faz uma ampla cobertura às operações militares da I República, nomeadamente às operações militares em Vinhais, quando da primeira incursão monárquica de Paiva Couceiro. Na análise dos vários números da *Ilustração Portuguesa* é de notar a promíscua junção de tropas regulares e elementos armados da Carbonária, o tal braço armado da República.

1912. As fotografias dos artigos publicados, sobretudo em 1911, mostram claramente estas situações, com particular visibilidade para os uniformes dos oficiais, usando as antigas barretinas e dolmans, sendo residuais os registos onde apareçam oficiais com os novos uniformes de 1911. Nota-se, igualmente, que as tropas em operações, nomeadamente nas incursões monárquicas, usam os antigos dolmans curtos de cor cinza do modelo de 1904 e os barretes do tipo *tachinho*, poupando as barretinas e sendo evidente a ausência dos novos uniformes. Só em raras fotografias e já de meados do ano de 1912, no caso de um juramento de bandeira no Regimento de Infantaria 5 em Abril desse ano, é que surgem praças com o *chapéu* e com o novo dolman de serviço de cotim cinza, mas curiosamente sem as grevas do regulamento, usando as calças por sobre os botins, ou com os antigos arreios de couro para infantaria. E é notório verificar-se que os oficiais presentes ainda estão com os antigos uniformes anteriores a 1910. É assim que se justifica o preâmbulo da Ordem do Exército de 23 de Agosto de 1913, numa perspectiva mista de realismo e de teimosia quanto a alguns artigos como o bastante criticado *chapéu* de feltro, que neste caso passa a ter a designação de *chapéu-capacete*, sofrendo algumas modificações no seu aspecto geral, e cuja utilidade prática era duvidosa quanto a durabilidade e protecção. Por outro lado o uso continuado dos antigos fardamentos, depois de 1911, e a referência à existência do seu grande número em armazém leva a que seria mais viável em termos de economia de meios a sua continuidade em termos dos regulamentos de uniformes. As convulsões políticas e militares deste período da 1ª República teriam levado a que em 1913 se note um claro afastamento do figurino francês para uma aparência mais neutra em termos de estilo e que com a entrada na I

Grande Guerra, especialmente na frente da Flandres se vá verificar uma colagem aos materiais ingleses por força da logística de guerra, reflectido na adopção dos capacete de aço dos modelos de 1915 e 1916, nos dolmans de colarinhos rebaixados (cópias fiéis dos modelos britânicos), da adopção das *trenchcoats* e dos dolmans de lapelas por parte de muitos dos oficiais destacados na frente. Nas frentes africanas já não se verificará este processo, mantendo-se os materiais de 1913, mas com as necessárias concessões aos climas destas regiões do Ultramar.

Esta mistura de materiais de fardamento, entre planos de uniformes e o seu não cumprimento efectivo em termos de prazos de implementação, não é nova e parecia ser endémica no Exército Português. Já em 1849, no primeiro número da Revista Militar, um artigo relativo à parada militar para a abertura das Cortes, referia o mau aspecto dado pelas tropas em desfile com os uniformes de caserna, já que haviam deixado de usar os fardamento do plano de 1834 e ainda não tinham recebido os do recém estabelecido plano de 1848. Não se pretendeu, neste pequeno texto, dar uma perspectiva exaustiva ou uma transcrição estéril do plano de uniformes de 1911 e das suas modificações de 1913. No entanto quisemos verificar como se processaram as mudanças nos fardamentos do Exército Português, as influências externas e a implementação dos mesmos nas fileiras. Como já referido acima, estes eram processos caracterizados pela continuidade e pelas tentativas de ruptura. Na Monarquia Constitucional verificou-se a constante adesão das comissões de elaboração dos planos de uniformes a estilos estrangeiros, regidos pela influência das potências dominantes: em 1856 e 1869 com o figurino francês; em 1885 com o

ideário prussianizante; mais tarde a tentativa de ruptura em 1892 com uma tentativa de desenho nacional.⁴³

Neste ensaio de ruptura o processo acabou por padecer dos mesmos problemas que na Monarquia, as longas demoras em distribuir os fardamentos às unidades, ocasionando uma mistura de estilos e regulamentos que atentavam aos mais básicos princípios da boa aparência, a má qualidade e concepção dos materiais como era o caso do *chapéu*, cujos materiais como o feltro gomado eram extremamente vulneráveis às variações do clima, o barrete tipo quéri ou o uso de dragonas e charlateiras de confecção dispendiosa. Em 1913, com a Ordem do Exército de 23 de Agosto, não se dá uma ruptura estilística total mas sim um afastamento ao ideário francês, reflectindo, talvez, as mudanças na governação e nos comandos militares vigentes. Também verificamos uma atitude de contenção financeira autorizando o uso de antigos materiais em armazém ou ainda distribuídos às tropas, substituindo-se, como já acontecia desde Outubro de 1910, os antigos distintivos monárquicos pelos republicanos. Só a guerra irá precipitar mudanças mais significativas, provando que a verdadeira eficácia de um sistema uniformológico se testa no campo de batalha e não nas paradas.

Bibliografia

Branco, P. S. (2000). *Coberturas Militares Portuguesas: 1740-1918*. Lisboa: Edições Inapa.

⁴³ Satúrio Pires cola a uma inspiração em figurinos italianos.

Coelho, S. V. (1998). *Figurinos Militares da Regeneração, Aparência e Realidade 1848-1892* (Tese de Mestrado). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Coelho, S. V. (2001). *Uniformologia Militar Portuguesa 1806-1896 – O Jogo das Regras e Excepções*. (Monografia de Pós-Graduação). Lisboa: Universidade Lusíada.

Coelho, S. V. (2003). *Evolução dos Uniformes dos Generais do Exército Português* (in Volume I da obra *Os Generais do Exército Português*). Lisboa: Estado-maior do Exército.

Martins, F. (1945). *História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito.

Matos, L. S. (2004). *Nova História Militar de Portugal* (Coord. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira). Lisboa: Círculo de Leitores.

Regalado, J. A. (1997). *Da pederneira à percussão*. Lisboa: Boletim da Sociedade Portuguesa de Armas Antigas.

Roche, D. (1989). *La culture des apparences. Une histoire du vêtement: XVII - XVIII siècle*. Paris: Librairie Anthème Fayard.

Sumner, I.; Embleton, G. (1995). *The French Army 1914-18*. London: Osprey Publishing.

Sumner, I.; Vauvillier, F.; Chappell, M. (1998). *The French Army 1939-1945 (1)*.

London: Osprey Publishing.

Telo, A. J. (1994). *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa:

Edições Cosmos;

Telo, A. J. (2004). *Os Militares e a Inovação no Século XIX in Nova História*

Militar de Portugal (Coord. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano

Teixeira). Lisboa: Círculo de Leitores.

Periódicos

Aragão, A. C. Teixeira de. (1886). *Revista Militar*. Lisboa. Tomo XXXVIII: 548-

551.

Revista de Infantaria. Lisboa. 14ºano, nº10, Outubro de 1911: 300-304.

Fontes Impressas

Ordem do Exército Nº16, de 9 de Agosto de 1911;

Ordem do Exército Nº15, de 23 de Agosto de 1913.

Imagens

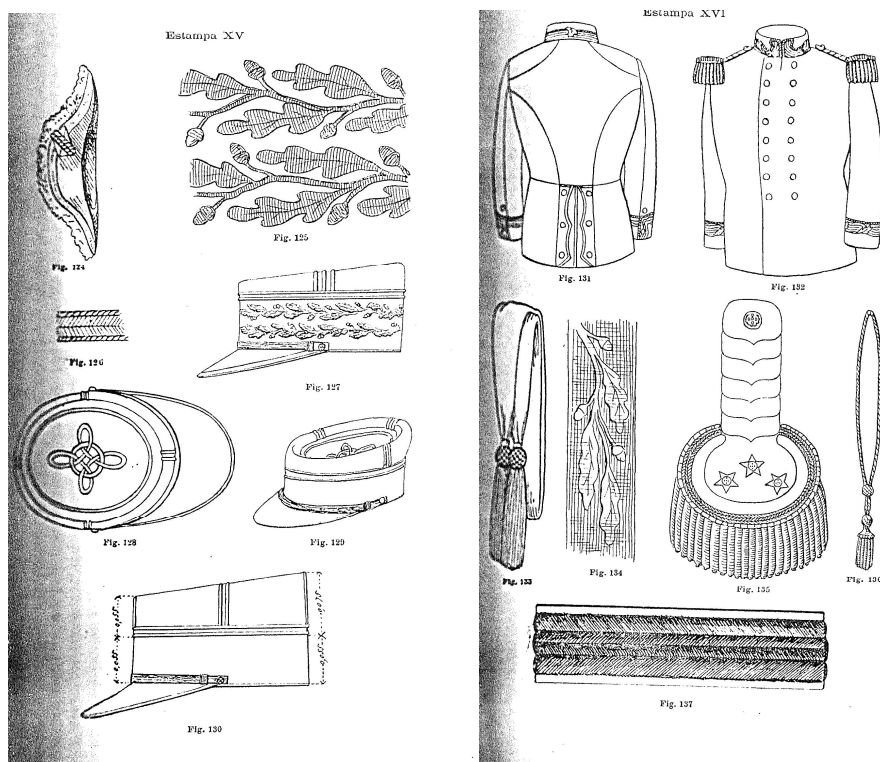


Figura 1. Ordem do Exército Nº16, de 9 de Agosto de 1911 - Estampas XV/XVI (Museu Militar do Porto)

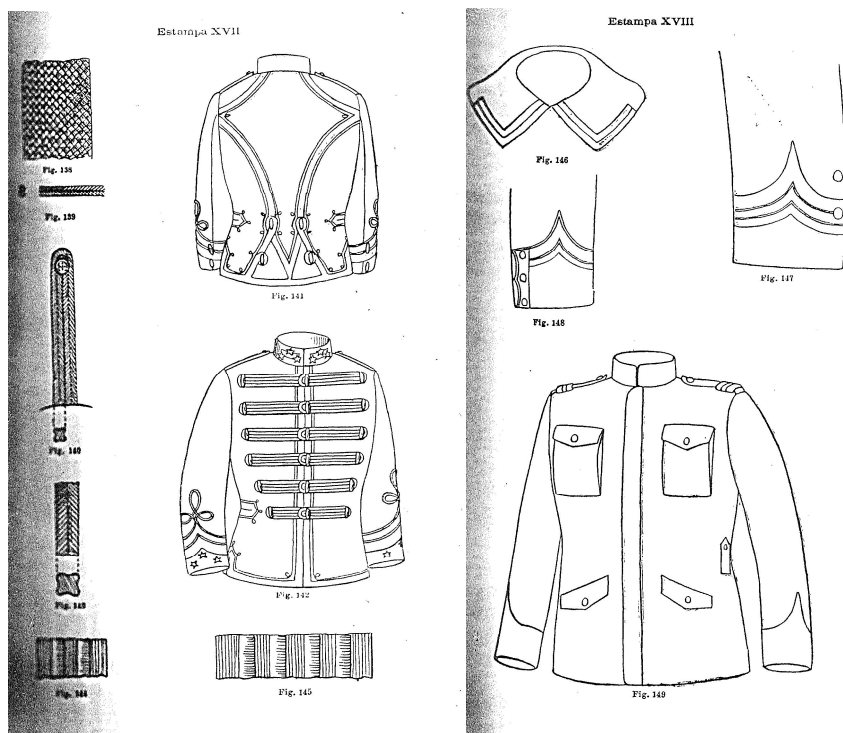


Figura 2. Ordem do Exército Nº16, de 9 de Agosto de 1911 - Estampas XVII/XVIII (Museu Militar do Porto)

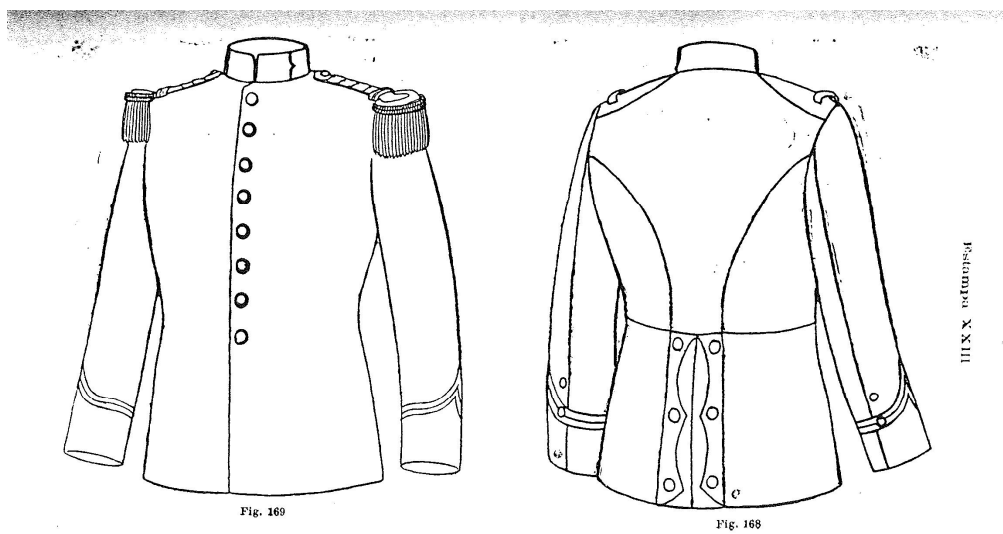


Figura 3. Ordem do Exército Nº16, de 9 de Agosto de 1911 - Estampas XXIII (Museu Militar do Porto)

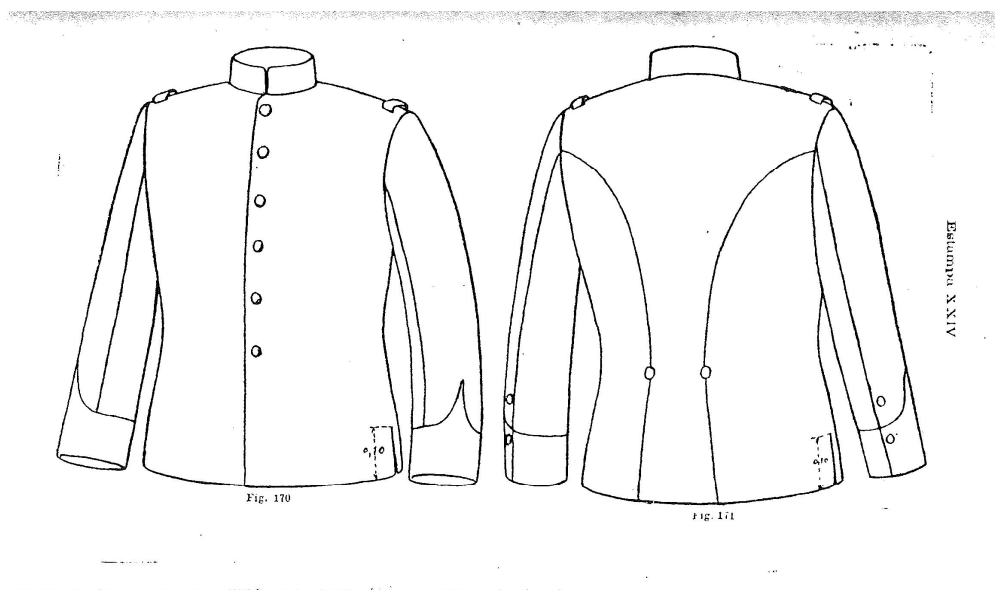


Figura 4. Ordem do Exército Nº16, de 9 de Agosto de 1911 - Estampas XXIV (Museu Militar do Porto)

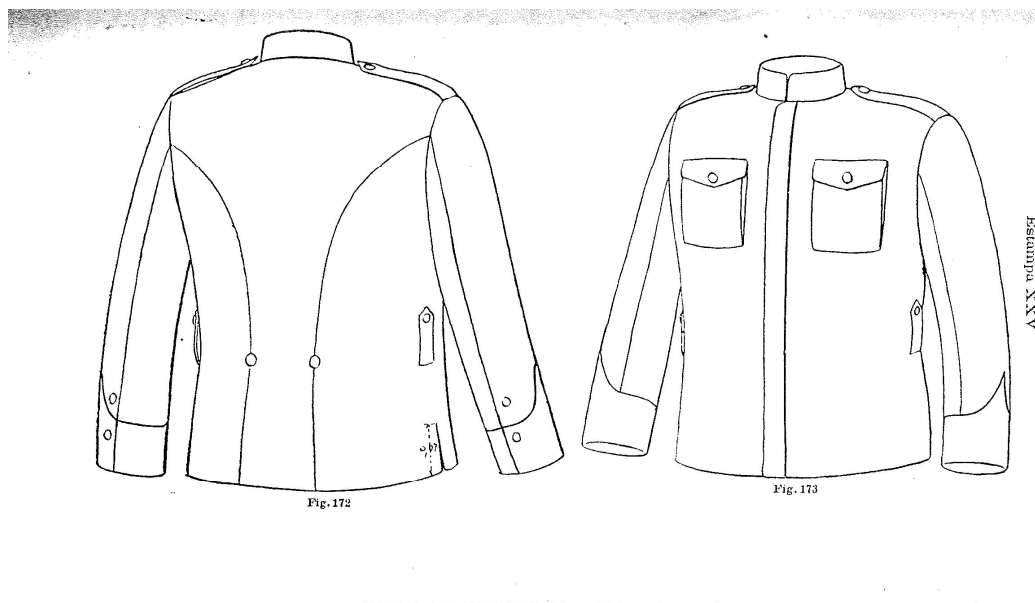
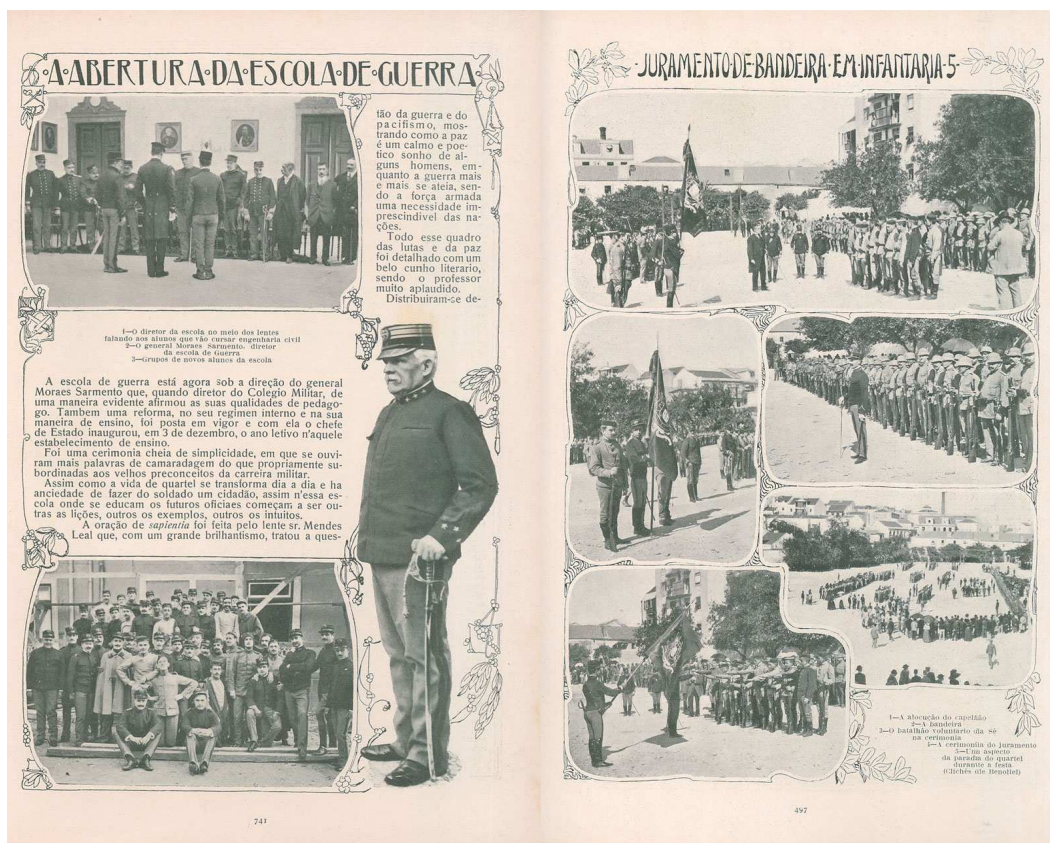


Figura 5. Ordem do Exército Nº16, de 9 de Agosto de 1911 - Estampas XXV (Museu Militar do Porto)



Figuras 6 e 7. Ilustração Portuguesa 1911 /Hemeroteca Digital de Lisboa



Figuras 8 e 9. Ilustração Portuguesa 1912 /Hemeroteca Digital de Lisboa

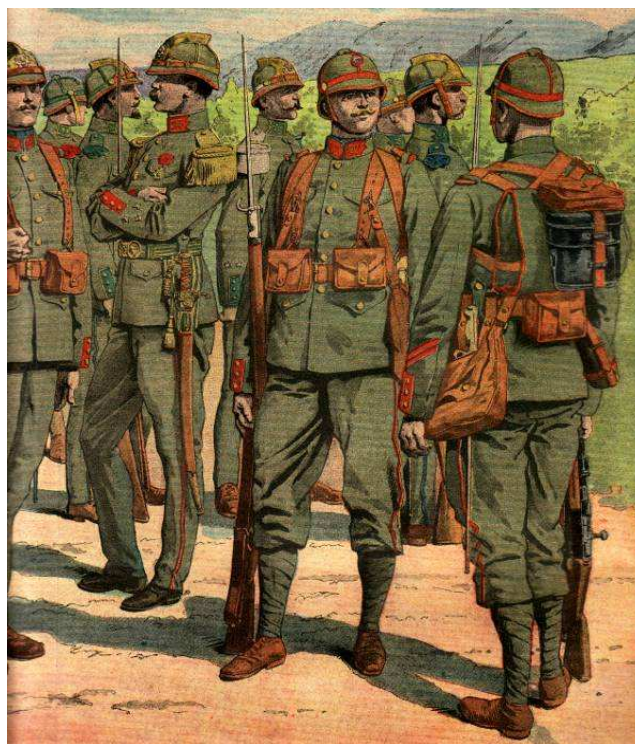


Figura 10. Exército Francês (1911) - *Le tenue Rése*da in <http://rosaliebel75.franceserv.com/reforme-uniforme.html>



Figura 11. Exército Francês (1911) – Capacete de infantaria *Réseda* in <http://francemilitaria.forumdediscussions.com>



Figura 12. Exército Francês (1911) – experiência de campo com *Le tenue Réseda* in <http://rosalielebel75.franceserv.com/reforme-uniforme.html>